

Curso/Disciplina: Direito Empresarial Extensivo

Aula: Módulo IX – Regimes Especiais – Parte I - 97

Professor(a): Priscila Menezes

Monitor(a): Nairim Machado Palma

Aula nº. 97

Instituição financeira: a primeira coisa que vem a nossa cabeça é banco, no entanto o conceito de instituição financeira é bem mais abrangente. Art. 17, L. 4595/64. Refere-se a qualquer entidade cuja atividade principal seja atividade relacionada a crédito; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, operadoras de leasing, cooperativas de crédito, operadoras de cambio.

Art. 17. Consideram-se **instituições financeiras**, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

Regimes especiais para instituições financeiras em crise

Lei 6.024/74: Intervenção e liquidação extrajudicial

Dec-lei 2.321/87: Regime de administração especial temporária (RAET)

Lei 9.447/97: Programa de estímulo à reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro nacional (PROER)

Ex.: banco morada; banco cruzeiro do Sul

INTERVENÇÃO – Lei 6.024/74

A intervenção é uma medida cautelar e temporária do Banco Central do Brasil para estancar uma sangria. As hipóteses de cabimento encontram-se no art. 2º.

Art. . 2º Far-se-á a intervenção quando se verificarem as seguintes anormalidades nos negócios sociais da instituição: **a intervenção cabe em instituições tanto pública quanto privada, desde eu não sejam federais.**

I - a entidade sofrer prejuízo, decorrente da **má administração**, que sujeite a **riscos os seus credores**;

II - forem verificadas **reiteradas infrações** a dispositivos da legislação bancária não regularizadas após as determinações do Banco Central do Brasil, no uso das suas atribuições de fiscalização;

III - na hipótese de ocorrer qualquer dos fatos mencionados nos artigos 1º e 2º, do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (lei de falências), houver possibilidade de evitar-se, a liquidação extrajudicial.

O banco central pode decretar a intervenção de ofício, a requerimento dos administradores, se eles tiverem poderes estatutários, e ainda pode ser pedida pela bolsa de valores.

O interventor tem amplos poderes de intervenção. Restrição: para onerar ou dispor de patrimônio da instituição que está sofrendo a intervenção, ou para contratar ou demitir funcionários é necessária anuência do banco central.

Todas as decisões do interventor são recorríveis para o próprio banco central. Esse recurso deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência dessa decisão do banco central e não tem efeito suspensivo.

A intervenção tem prazo de no máximo 6 meses, prorrogável uma única vez por igual período.

Efeitos: afasta os administradores da condução do negócio. O art. 6º trará os demais efeitos da intervenção.

Art. . 6º A intervenção produzirá, desde sua decretação, os seguintes efeitos:

- a) suspensão da exigibilidade das obrigações vencidas;
- b) suspensão da fluência do prazo das obrigações vincendas anteriormente contraídas;
- c) inexigibilidade dos depósitos já existentes à data de sua decretação.

Art. . 9º Ao assumir suas funções, o interventor:

a) arrecadará, mediante termo, todos os **livros** da entidade e os **documentos** de interesse da administração; **não diz respeito a bens.**

b) levantará o balanço geral e o inventário de todos os livros, documentos, dinheiro e demais bens da entidade, ainda que em poder de terceiros, a qualquer título.

Parágrafo único. O termo de arrecadação, o balanço geral e o inventário, deverão ser assinados também pelos administradores em exercício no dia anterior ao da posse do interventor, os quais poderão apresentar, em separado, as declarações e observações que julgarem a bem dos seus interesses.

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;

II – executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;

III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:

a) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos;

b) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não;

c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;

d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;

e) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;

f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;

g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial.

§ 1º Credores podem reunir-se em litisconsórcio a fim de perfazer o limite mínimo para o pedido de falência com base no inciso I do caput deste artigo.

§ 2º Ainda que líquidos, não legitimam o pedido de falência os créditos que nela não se possam reclamar.

§ 3º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com os títulos executivos na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei, acompanhados, em qualquer caso, dos respectivos instrumentos de protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica.

§ 4º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com certidão expedida pelo juízo em que se processa a execução.

§ 5º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o pedido de falência descreverá os fatos que a caracterizam, juntando-se as provas que houver e especificando-se as que serão produzidas.

Art. . 12. À vista do relatório ou da proposta do interventor, o Banco Central do Brasil poderá:

a) determinar a cessação da intervenção, hipótese em que o interventor será autorizado a promover os atos que, nesse sentido, se tornarem necessários;

b) manter a instituição sob intervenção, até serem eliminadas as irregularidades que a motivaram, observado o disposto no artigo 4º;

c) decretar a liquidação extrajudicial da entidade;

d) autorizar o interventor a requerer a falência da entidade, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir sequer metade do valor dos créditos quirografários, ou quando julgada inconveniente a liquidação extrajudicial, ou quando a complexidade dos negócios da instituição ou, a gravidade dos fatos apurados aconselharem a medida.

Art. . 7º A intervenção **cessará**:

a) se os interessados, apresentando as necessárias condições de garantia, julgadas a critério do Banco Central do Brasil, tomarem a si o prosseguimento das atividades econômicas da empresa;

b) quando, a critério do Banco Central do Brasil, a situação da entidade se houver normalizado;

c) se decretada a liquidação extrajudicial, ou a falência da entidade.

RAET – Dec-lei 2.321/87

Embora tenha os seus motivos no art. 1º, também pode ser decretado pelos mesmos motivos que a intervenção. Diz respeito a uma medida cautelar, temporária, incidente para resolver uma questão pontual.

Hipóteses da lei 6.024: má administração que coloque em risco o interesse dos credores; irregularidades não sanadas mesmo após determinação do banco central do brasil; hipóteses do artigo 94, I, II, III da lei 11.105, desde que ainda seja possível sanear a situação de crise econômico financeira.

O contrário da intervenção, o RAET não tem um prazo determinado para duração desse regime. Art. 1º, § único.

Parágrafo único. A duração da administração especial fixada no ato que a decretar, podendo ser prorrogada, se absolutamente necessário, por período não superior ao primeiro.

Eu não tenho um prazo determinado, porque ao contrário da intervenção, o RAET não altera a condução normal das atividades da instituição financeira.

Art. 11. À vista de relatório ou de proposta do conselho diretor, o Banco Central do Brasil poderá:

a) autorizar a transformação, a incorporação, a fusão, a cisão ou a transferência do controle acionário da instituição, em face das condições de garantia apresentadas pelos interessados;

b) propor a desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, das ações do capital social da Instituição.

c) decretar a liquidação extrajudicial da instituição. (Incluída pelo Decreto Lei nº 2.327, de 1987)

Art. 14. O regime de que trata este decreto-lei cessará:

a) se a União Federal assumir o controle acionário da Instituição, na forma do artigo 11, letra b ;

b) nos casos de transformação, incorporação, fusão, cisão ou de transferência do controle acionário da instituição;

c) quando, a critério do Banco Central do Brasil, a situação da instituição se houver normalizado.

d) pela decretação da liquidação extrajudicial da instituição. (Incluída pelo Decreto Lei nº 2.327, de 1987)

§ 1º Para os fins previstos neste decreto-lei, a União Federal será representada, nos atos que lhe competir, pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º O Banco Central do Brasil adotará as medidas necessárias à recuperação integral dos recursos aplicados na instituição, com base no artigo 9º deste decreto-lei, e estabelecerá, se for o caso, a forma, prazo e demais condições para o seu resgate.

§ 3º Decretada a liquidação extrajudicial da instituição, tomar-se-á como data-base, para todos os efeitos, inclusive a apuração da responsabilidade dos ex-administradores, a data de decretação do regime de administração especial temporária. (Incluído pelo Decreto Lei nº 2.327, de 1987)